

*DO PIONEIRISMO AO CONFRONTO COM
A DITADURA MILITAR BRASILEIRA. O APOGEU
E A DECADÊNCIA DA TV EXCELSIOR**

*Rodolfo Carlos Bonventti***

Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

Este trabalho analisa as razões que levaram a TV Excelsior, canal 9 de São Paulo, inaugurada em 1960, a sucumbir dez anos depois e ser esquecida quando se fala da história da TV, mesmo sendo a primeira a apresentar um profissionalismo que até então não era comum, como, por exemplo, implantar a primeira grade de programação vertical e horizontal da televisão brasileira. Precursora da ideia de uma empresa industrial de televisão que a TV Globo viria a implantar alguns anos depois, a Excelsior foi importante alavancadora de inovações técnicas e chegou no momento em que o governo brasileiro buscava um plano de integração nacional e a criação de uma identidade que o sistema televisivo em rede que ela propunha, poderia ser perfeito para esse objetivo. No Brasil, as emissoras de televisão sempre foram usadas pelo governo como um instrumento político em prol de um Estado unificado. No caso da TV Excelsior a receita não funcionou, e quando a emissora se posicionou politicamente contra o regime militar imposto em 1964, foi perseguida pelos militares que assumiram o poder, entrou em crise, passou por um processo de retaliações políticas, censura e incêndios criminosos que devastaram sua memória. Em dez anos, a glória virou um grande pesadelo.

Palavras-chave: Televisão; TV Excelsior; Ditadura Militar; Pioneirismo; Integração Nacional.

* Trabalho apresentado no GT de Comunicação e Política do PENSACOM BRASIL 2017.

** Doutorando do Curso de Comunicação Social da UMESP. Email: r.bonventti@terra.com.br

A televisão é um meio de divulgação em massa, que consegue unir nossos principais sentidos. Ela tem a capacidade de usar a locução (som) e a imagem para tocar, prender e influenciar os nossos olhares. Segundo Wolton (1996), “a televisão exerce um caráter de relógio imutável da vida cotidiana, criando vínculos e horários na sua grade, mostrando, assim, a influência da programação no cotidiano da sociedade”.

A televisão surge no Brasil em um período em que o país, após o término da Segunda Guerra Mundial, promovia por meio do governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, a opção por uma política econômica que defendia a industrialização espontânea, acompanhada de uma política de crédito mais liberal.

Desde o início, a TV brasileira foi concebida para ter uma decisiva participação nas disputas políticas locais. Com sua concessão sendo uma prerrogativa da Presidência da República desde os anos 50 até a Constituição de 1988, a televisão foi um bom e útil instrumento para aglutinar as elites e o povo em torno de um projeto nacional. Sendo assim, também contribuiu para a instalação do chamado “clientelismo”, um estilo sempre presente na política brasileira que provoca uma interdependência entre o sistema político e a nossa mídia, seja ela impressa ou da radiodifusão.

A partir de 1950, o novo veículo de comunicação foi utilizado politicamente em âmbito nacional, sendo usado constantemente como um instrumento político não só de boas relações entre o Governo e o empresário nacional, mas também como forma certa de penetrar nas diferentes camadas sociais, com um discurso amplamente monitorado, mas capaz de construir realidades que podiam ser pautadas nos objetivos econômicos e políticos dos nossos governantes.

Assim como no final dos anos 1920 e início dos anos 1930 havia acontecido com o rádio brasileiro, o uso político da televisão garantiu o poder de iniciativas clientelistas também na implantação do novo meio de comunicação de massa.

Do ponto de vista operacional, pode-se analisar a relação entre poder público e imprensa até a década de 1960 como extremamente imprópria. Para os jornais e emissoras de TV, governantes não hesitaram em utilizar os cofres públicos para uma prática escusa, como a compra de opinião de órgãos jornalísticos, bem como esses não se portaram de forma independente e apta a exercer suas funções primordiais. Aos jornais, emissoras e jornalistas adversários, o poder

público reservou política distinta, baseada em todo o tipo de coerção, desde a agressão física dos profissionais ao empastelamento dos periódicos. Já do ponto de vista legal, a relação entre os dois atores caracterizou-se pela demora e descaso na consolidação do aparato necessário à regulamentação do setor de comunicação social (PIERANTI, 2006, p.96).

Era a ideia, transformada em prática, da adoção do sistema de troca e compensação no mais completo sentido político que domina o nosso país desde sempre. Agora com auxílio também da imagem, a televisão passa a ser vista pelo Governo como uma grande aliada na relação do mesmo com as massas.

Ao fazer concessões e, muitas vezes, financiar via Banco do Brasil ou outros órgãos financeiros estatais a montagem dessas emissoras nos primeiros momentos, o Governo promoveu um jogo duplo, já que incentivava o desenvolvimento das mídias, mas também tinha nas mãos condições de influenciá-las politicamente, pois essas emissoras lhe deviam dinheiro e linhas de crédito.

Ao contrário da televisão, o rádio brasileiro surgiu de forma independente, sem vínculos governamentais. Esses só viriam a chegar a partir de 1930, e a sua primeira emissora oficial entrou no ar em 20 de abril de 1923. O rádio surge, assim, com um projeto de ser um serviço para a educação e a cultura, mas financiado e tendo como foco uma população mais elitizada, a burguesia da época.

O rádio nacional deixa de ser amador e educacional para se tornar profissional e comercial a partir da sua regulamentação oficial pelo Decreto nº 20.047 de maio de 1931, e, posteriormente, pelo Decreto-Lei nº 21.111 do Governo Provisório de Getúlio Vargas, que em março de 1932 institucionalizou a propaganda comercial no veículo.

Com esta mudança, o rádio se tornou mais popular e o governo de Getúlio Vargas percebeu que o veículo poderia ser um aliado importante na construção da ideia de um país unificado, atingindo também os analfabetos. Getúlio entendia que o Brasil era um país imenso e com muitas diferenças regionais, portanto enxergou no novo veículo um papel aglutinador ao Estado.

Com o auxílio do rádio, as campanhas e a comunicação do governo Vargas utilizaram amplamente a bandeira do populismo como um diferencial competitivo. Como explica Randazzo (1996), “o arquétipo de Grande Pai e Herói é amplamente divulgado já que Getúlio instituiu o salário mínimo, a CLT e os direitos trabalhistas, e a massa proletariada foi a principal beneficiada, e com isso o idolatrou”.

Embora o governo de Getúlio Vargas tenha feito uso sistemático do rádio para difundir suas ideias e seus feitos, aproveitando o alto índice de analfabetismo da população na época, o que prejudicava o crescimento da mídia impressa, o sonho de um sistema radiofônico em nível nacional não foi alcançado pela própria impossibilidade material da realização.

No final dos anos 1940, o Brasil e vários outros países da América do Sul, por estarem mais distantes do *front* da Segunda Guerra Mundial, se tornaram importantes fornecedores de matérias-primas para as nações que haviam acabado de sofrer com os efeitos desse grande conflito.

O cenário era, portanto, propício para o surgimento da televisão no Brasil, já que o país vivia um momento de “aparente” desenvolvimento econômico e cultural, com a elite ávida por assimilar o modo e as novidades das sociedades europeias e dos Estados Unidos da América, onde a televisão já era uma realidade desde os anos 1930.

No imediato após a Segunda Guerra, início do verdadeiro começo da história da TV, o meio seguia operando em dois sistemas opostos que tinham marcado o desenvolvimento da radiodifusão: o sistema centrado na preocupação comercial, estabelecido nos EUA e em alguns países inspirados no exemplo norte-americano, e o sistema de predominância do interesse público, calcado na ideia de serviço público, para o público, vigente em vários países da Europa ocidental. A TV aproximou-se do modelo do rádio, embora na Europa o meio também exibisse programas inspirados no mundo do teatro e nos EUA houvesse programação televisiva influência pelo cinema (BUSETTO, 2007, p.193).

O Brasil como um país majoritariamente agrário e rural começava a ser sepultado e dava lugar para um país industrial. Foi o momento de uma intervenção intensa na economia, com a criação de medidas voltadas para o desenvolvimento da indústria. Surgia a indústria de base, que provocou o desenvolvimento de novos setores industriais.

Com um cenário econômico e político favorável, a televisão chega ao Brasil aproveitando certo *boom* televisivo que havia no mundo. Enquanto em terras tupiniquins o sonho da primeira emissora nacional de TV se fazia acontecer, nos Estados Unidos e na Europa já se inventava o controle remoto e começavam as primeiras transmissões da TV em cores, utilizando como experiência as atividades esportivas.

Segundo Jambeiro (2002, p.53), “nos anos 50 a televisão era operada como uma extensão do rádio, de quem herdou padrões de produção, programação e gerência, envolvidos num modelo de uso privado e exploração comercial”.

Em um país em que sempre os políticos dão um “jeitinho”, porque seria diferente no caso do sonho ou da obsessão de Assis Chateaubriand para inaugurar a primeira emissora de televisão do Brasil e a segunda na América Latina, já que a primeira surgiu 20 dias antes no México? A indagação procede porque no Brasil a TV quase surge sem ter aparelhos receptores para os telespectadores comprarem. Ou seja, na lógica de Chateaubriand, assim como ocorre com certa constância com políticos brasileiros, a televisão nascia antes do público, mas já com fins políticos bem definidos.

Chateaubriand disse para eles não esquentarem a cabeça com aquilo que no Brasil tudo tinha solução. Telefonou ao dono de uma grande empresa de importação e exportação e pediu-lhe que trouxesse por avião, dos Estados Unidos, duzentos aparelhos de TV, de modo que chegassem a São Paulo três dias depois. O homem explicou que não era tão simples: por causada morosa burocracia do Ministério da Fazenda, um processo de importação (mesmo que fosse agilizado por ordem do Presidente da República, como Chateaubriand sugeria), iria consumir pelo menos dois meses até que os televisores fossem postos no aeroporto de Congonhas. Chateaubriand não se assustou: - Então traga de contrabando. Eu me responsabilizo. O primeiro receptor que desembarcar eu mando entregar no Palácio do Catete, como presente meu para o presidente Dutra (MORAIS, 1994, p.500-501).

Uma das muitas curiosidades do início da TV brasileira tem forte ligação com os “favores” que o governo federal concedeu ao empresário Assis Chateaubriand:

Os dois primeiros televisores que recebeu, dos duzentos contrabandeados dos Estados Unidos, Chateaubriand deu de presente, respectivamente, a Vera Faria, sua secretária particular em São Paulo, e ao presidente Gaspar Dutra. O de Dutra só serviu, durante um ano, como insólita peça de decoração de seu gabinete, já que a TV Tupi do Rio só seria inaugurada em 1951 e o alcance da imagem da Tupi paulista chegava, no máximo, a cem quilômetros da capital, abrangendo poucas outras cidades como Campinas e Santos. Era apenas um

agradecimento simbólico aos favores que o jornalista recebera do governo federal no processo de implantação da PRF-3 (MORAIS, 1996, p. 504).

A TV, como importante meio de comunicação de massa, só surge quando o Estado resolve subsidiar sua estrutura física para as transmissões e, também, a produção de aparelhos receptores. Mesmo assim, de 1950 até o início da década de 1960, quando surge a TV Excelsior e a primeira ideia de televisão industrial no Brasil, alvo principal deste artigo, o país não conseguiu superar a marca de 2 milhões de aparelhos de televisão nos lares nacionais.

Apesar da precariedade da programação da televisão brasileira nos seus primeiros anos de vida, a disposição e perseverança de funcionários e contratados venciam sempre a técnica. Foi um tempo em que tudo estava por ser feito, e a precariedade foi driblada pela criatividade.

Foi justamente após a posse de Juscelino Kubitschek, em 1956, que teve início a expansão da televisão brasileira para além dos grandes centros urbanos. Cabe aqui relembrar que, até então, o raio de ação das transmissões televisivas não ultrapassava os 100 quilômetros. Dentro da política de expansão e industrialização brasileiras, a televisão e o automóvel foram os bens materiais que mais ganharam, se transformando em sinônimos de uma sociedade moderna.

É também no final dos anos 1950, em plena “euforia” econômica, que acontece a ascensão da TV para desbancar o rádio no topo do mercado publicitário brasileiro. A televisão se transformou em um importante elo entre a produção e o consumo de bens através da publicidade. Mas é só no início dos anos 1960 que a televisão passa a atrair verbas publicitárias capazes de possibilitar que as emissoras invistam no seu aperfeiçoamento técnico e artístico.

No final dos anos 1950, as emissoras de televisão já representavam um veículo importante para a propaganda política e, em especial, para fazerem publicidade das ações do governo do presidente Juscelino, principalmente as que envolviam a inauguração de Brasília como a nova capital federal, e a campanha para defender a candidatura de Jânio Quadros como o sucessor de JK.

Mas a censura televisiva também já se impunha e cresceu assim que Armando Falcão, que depois na época da ditadura militar, voltaria a escrever o seu nome na história política deste País, assumindo o cargo de ministro da Justiça, em julho de 1959. Falcão passou a excluir os mais radicais e críticos do governo JK das listas de concessões de emissoras de TV.

Mário Wallace Simonsen surge na história da televisão brasileira na primeira metade do governo de JK, quando faz parte de um grupo de empresários brasileiros que lideraram as pesquisas para a implantação do link de micro-ondas, que possibilitava a ligação entre duas emissoras instaladas em estados diferentes e a capacidade de transmitir imagens nos dois sentidos.

A TV Excelsior da família Simonsen só viria a entrar no ar em setembro de 1960, mas já participando ativamente de um novo momento da televisão brasileira, que foi a era da popularização da mesma, e que começou com uma grande novidade: o lançamento do vídeo tape, uma revolução que permitiu com que a programação pudesse ser gravada e exibida em outros horários e em outras emissoras em todo o território nacional. Estava decretado o início do fim de uma programação ao vivo e forçosamente local.

O Canal 9 de São Paulo, a TV Excelsior, desde a sua inauguração, ao contrário de todas as suas antecessoras, sempre teve a preocupação com uma boa qualidade de imagem e a utilização racional do horário comercial, estabelecendo inicialmente uma duração máxima de cinco minutos para cada propaganda, que logo depois foi transformada em 30 segundos ou 1 minuto. Foi ela também a precursora de uma grade horizontal (faixas de programas de segunda a sábado com horários fixos) e de uma grade vertical (idealizada por faixa de públicos que vão se interessando pelos programas dos horários seguintes, e que serve para prender o telespectador o tempo todo naquele mesmo canal).

O telespectador já estava acostumado com as faixas da programação horizontal, ou seja, às 19h com telenovela, às 20h com um telejornal, às 20h30 com um show e às 21h com filmes ou seriados cinematográficos e assim por diante, todos os dias. Agora seria preciso acostumá-lo com a programação vertical, isto é, o que viria depois do horário que ele tinha escolhido. Assim, quem estivesse interessado apenas em telenovela às 19h, deveria ser cativado para as atrações seguintes, sem desligar o aparelho ou mudar de canal. Os bonequinhos que representavam a emissora tinham também a função de mostrar como era interessante o próximo programa. Essa tática foi iniciada em 1961, mas só em 1963 começou a obter bons resultados em razão das atrações de sucesso que a emissora estava exibindo (MOYA, 2004, p.192).

A TV Excelsior marcou sua trajetória pela conquista de um público abrangente e foi responsável por muitas novidades na nossa telinha, como por

exemplo o lançamento da primeira novela diária, *2-5499 Ocupado*, em agosto de 1963, além do primeiro festival de música brasileira e a criação de *Brasil 60*, o precursor dos programas de domingo a noite que mesclava entrevistas, números musicais, humorismo e reportagens especiais.

Assim como a TV Excelsior, a televisão dos anos 1960 já estava em um momento de redes, dos monopólios da comunicação do embate da democracia política com esses monopólios e com o totalitarismo. Foi um período em que houve um aproveitamento e uma instrumentalização direta da televisão pelos nossos políticos, entre eles Jânio Quadros, Carlos Lacerda e João Goulart.

No início dos anos 1990, a TV brasileira ascendia não só como um veículo de cobertura do cotidiano, mas como plataforma de debate sobre as questões políticas daquele conturbado momento do país e as discussões políticas na TV, no horário nobre, eram sinal claro de boa audiência. A TV havia se tornado uma parte essencial para a arena política daquele período.

Começa assim, em 1963, quando estava no seu apogeu com uma excelente audiência na Grande São Paulo que derrotava a TV Tupi e a TV Record, o grande problema da emissora dos Wallace Simonsen, que apoiou abertamente, com a renúncia de Jânio Quadros à Presidência, que seu vice, o gaúcho João Goulart assumisse o governo por uma questão de legalidade.

O primeiro passo para a construção de redes de televisão foi dado nesse período, primeiramente com a TV Excelsior criando um modelo de centralização de produção e distribuição da mesma em território nacional. Um modelo que seria, alguns poucos anos depois, seguido à risca pela TV Globo.

A emissora também ficou marcada por ter sido a primeira estação de televisão oficialmente regularizada junto ao Dentel (Departamento Nacional de Telecomunicações, que era um órgão executivo do Ministério das Comunicações) e perante o Contel (Conselho de Telecomunicações), o que exigia tempo, um longo processo e muita burocracia. As emissoras de então eram todas concessões, mas nem Tupi, Record ou TV Paulista se preocuparam na época com essa exigência, bem como o governo também fez de conta que não via e tinha assim mais um trunfo na mão para usar as emissoras como bem desejava.

A direção da TV Excelsior assumiu, desde o início da emissora, uma posição constitucionalista e apoiou publicamente a ida de João Goulart para a Presidência, provocando uma acirrada disputa política entre ele e seus seguidores e a oposição liderada por Carlos Lacerda. Nesse período, a tele-

visão era o melhor palco para debates e discursos políticos inflamados. Era a televisão conquistando ares de onipresença na política nacional.

Mário Wallace Simonsen e suas empresas, principalmente a aérea Panair e a TV Excelsior, representavam nos anos 1960 o pensamento econômico nacionalista, enquanto empresários liderados por Roberto Marinho, se posicionavam como defensores intransigentes do liberalismo econômico como a melhor saída para o Brasil.

É importante observar que a televisão, na década de 1960, não ocupou apenas o espaço de mais um eletrodoméstico qualquer nas residências e no dia a dia dos brasileiros. Mais do que isso, ousou transformar as relações sociais, interferindo não só nas relações familiares, como em uma transformação dos hábitos cotidianos de toda uma sociedade.

Em uma análise mais racional sobre a influência da televisão no cotidiano dos telespectadores brasileiros desde os anos 1960, não podemos negar que a mesma deu uma grande contribuição para o desenvolvimento social do país, mas que, ao mesmo tempo em que uniu telespectadores de diferentes regiões do Brasil, também protagonizou momentos obscuros da nossa história, principalmente quando apoiou o golpe militar de 1964. Como diz Muniz Sodré (1984), “foi uma estratégia para manter o *status quo*”.

A televisão dos anos 1960, sob a égide do regime militar, não só legitimou todo o processo político em andamento, como mostrava no ar, e muitas vezes ao vivo, o processo de mudanças porque passava o dia a dia e o cotidiano da sociedade brasileira naqueles conturbados anos. Havia um *boom* pela modernização, pela industrialização e por um discurso cada vez mais instigante sobre a necessidade do consumo.

A televisão é um fator de identidade cultural e de integração nacional, devido à dupla condição de ser uma televisão assistida por todas as classes sociais e de ser um espelho da identidade nacional (WOLTON, 1996).

A relação entre televisão e política é sempre usada para explicar o surgimento da TV Excelsior. Foi ela a primeira a criar um projeto de presidência, leia-se aqui de João Goulart, com base na mídia eletrônica televisiva. Mas à medida em que o governo Goulart enfrentava problemas internos e externos, e que o Grupo Rockefeller se aproximava da *Time Life* e das Organizações Globo, crescia a pressão sobre as empresas de Simonsen e, em especial, sobre a Panair e a TV Excelsior.

Para Ramos (2007), “qualquer que fosse o exemplo de modelo ou posicionamento nacionalista, a TV Excelsior não sobreviveria ao regime militar”. Para Álvaro Moya (2004), “por motivos políticos, que viriam a se tornar realidade no Golpe de 1964, a TV Excelsior, bem como todas as empresas do Grupo Simonsen, foi depredada pelas forças de direita”. A primeira foi a Panair do Brasil, que em fevereiro de 1965, foi impedida de continuar operando, e nos meses seguintes todos os bens dos Simonsen foram confiscados.

O governador de São Paulo nos anos 1960, Adhemar de Barros, foi um aliado da emissora e deu total apoio para a sua consolidação no mercado.

A Excelsior contou mesmo foi com uma grande ajuda do governador Adhemar de Barros, de São Paulo. Se houve alguém que deu um apoio para a consolidação da emissora foi ele. Prestigiando, abrindo crédito para a emissora através do Banco do Estado (Banespa). A TV tinha um crédito muito bom dentro do banco, encaminhado pelo próprio governador, que fez uma abertura muito grande, ofereceu condições ótimas para descontar títulos e duplicatas. Não quer dizer que a Excelsior se tornou uma tribuna para ele fazer política. Por outro lado, recebíamos lá qualquer político porque todos queriam falar na TV. A Excelsior estava sempre aberta para quem quisesse manifestar suas idéias (GONÇALO JUNIOR apud MOYA, A., 2004, p. 305).

A renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, foi marcada por uma intensa campanha televisiva contra o então presidente. E a TV Excelsior teve um papel importante nesse movimento todo, dando espaço na sua programação para que o ex-deputado federal e então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, da oposição e da UDN (União Democrática Nacional), também um adversário de Mário Wallace Simonsen, dono da emissora, fizesse críticas e um discurso inflamado contra Jânio pela emissora.

Atualmente, quando a palavra “golpe” voltou a frequentar o dicionário político tupiniquim, podemos voltar no tempo e utilizá-la para explicar que a renúncia de Jânio Quadros teve um certo ar “golpista” orientado a partir da televisão.

O grupo Simonsen e a emissora tiveram uma participação ativa na defesa de que o vice de Jânio, João Goulart, que sempre foi um defensor do nacionalismo e do populismo, assumisse imediatamente o poder, ao contrário do que pensavam os militares e a oposição representada pela UDN.

Segundo Gonçalves Junior (2004), “houve um movimento político contra Simonsen e suas empresas, liderado pela UDN. A UDN era uma inimiga ferrenha do getulismo, representado pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e contra Juscelino, do PSD (Partido Social Democrata)”.

Com a instituição do Parlamentarismo no País e a posse de João Goulart, a TV Excelsior se tornou, em São Paulo, a única emissora a se posicionar claramente pela Legalidade da situação e pela liberdade da imprensa, se declarando constitucionalista e confrontando claramente com Carlos Lacerda, que no Rio de Janeiro, censurou as emissoras de TV que falassem sobre a Legalidade e defendeu no ar o veto a João Goulart pelos ministros militares da época.

Os militares se instalaram na emissora desde o primeiro dia após o Golpe Militar de 1964. A TV Excelsior, estreitamente ligada a João Goulart, foi ocupada por eles, que tentaram impedir que a mesma prestasse um auxílio que eles consideravam ser importante para aqueles que procuravam provocar um contragolpe, chamando a atenção da população para o que estava acontecendo no País naqueles dias.

Já no dia primeiro de abril, a gente tirou o jornal da noite do ar, por ordem da direção, do Walinho Simonsen (filho do Mário Wallace), que achou melhor não colocar o jornal no ar do que ter que dar a informação do golpe. O governador Adhemar de Barros dominava a situação em São Paulo e ele havia requisitado todas as rádios e televisões e o Wallace resolveu tirar o jornal do ar. Isso foi ter repercussão depois em maio, porque aí fomos presos (os jornalistas) com a acusação de termos feito greve no dia primeiro de abril para não transmitirmos a informação do golpe (PACHECO apud AMORIM, 2004, p.234).

Proprietário do jornal “O Globo”, o empresário Roberto Marinho se destaca a partir de 1961 por se tornar um aliado fiel do governador Carlos Lacerda e estava decretado que a política nacional ia invadir a programação das emissoras de TV. A Excelsior ganha um protagonismo político que só iria diminuir a partir de 1967, quando foi promulgada a nova Lei de Imprensa e o cerco dos militares as empresas de Simonsen se tornou mais forte.

Começam então os incêndios criminosos nas emissoras de televisão. Só a TV Excelsior sofreu quatro deles em um curto período de tempo em 1964-65.

Problema político em 1964 só não teve quem não quis. Foi um período em que se vivia de sobressaltos. Nós da Excelsior, que ficávamos ali, na Nestor Pestana (centro de São Paulo), alugávamos o Teatro Cultura Artística para programas ao vivo, e chegamos a apagar quatro incêndios claramente criminosos. E não se sabia quem havia posto fogo. A Tupi e a Record também passaram pelo mesmo problema. Foi uma época de terrorismo bastante difícil. Digo incêndios criminosos porque eram feitos pelo pessoal da esquerda. Essa turma realmente se infiltrou e causou problemas terríveis. Não só na televisão como em outras empresas. A área de TV era mais visada porque a publicidade obtida pela repercussão com os atentados era maior. Uma coisa era dizer: botaram fogo numa fábrica de Joãozinho em Pirituba. Outra era dizer: incendiaram a TV Excelsior, Record ou Bandeirantes (MOYA, 2004, p. 314-315).

O apoio dos militares brasileiros e os laços fortalecidos entre o empresário Roberto Marinho, o Grupo *Time Life*, empresa norte-americana de mídia, e o grupo Nelson Rockefeller cresceram em 1964/65 na mesma proporção em que os problemas e a pressão sobre as empresas do Grupo Simonsen aumentavam.

Para Ramos (2004), “Havia a pressão das empresas americanas de café orquestradas pelo político e empresário paulista Herbert Levy; a Varig que queria abocanhar a Panair e os Diários Associados que tinham ódio da Excelsior. Milico algum aguentaria tanta pressão”.

A pressão maior nessa época foi sobre a Panair, companhia aérea de Simonsen, que sofreu uma devassa em suas contas por parte dos militares assim que assumiram o poder depois do Golpe de 1964.

Tanto a TV Excelsior como a Panair representavam para Wallace Simonsen um exemplo de empresas que serviriam de modelo para a implantação de um posicionamento nacionalista. Ambas foram usadas pelo Grupo de Simonsen para a defesa de uma concepção política que o Brasil deveria seguir.

A Panair, mesmo dominando o mercado brasileiro de aviação, teve cassada a sua certificação de operação em 10 de fevereiro de 1965, sem que o governo militar tivesse dado explicações plausíveis para este ato.

Infelizmente, por motivos políticos, que viriam a se tornar realidade no Golpe Militar de 1964, a Rede Excelsior bem como todas as empresas do Grupo Simonsen, foi depredada pelas forças de direita. O governo que tomou o poder em 1964 fez tudo para bloquear e isolar o Grupo Simonsen. Em 1964, menos

de vinte dias depois do golpe eles foram proibidos de negociar com café e, em fevereiro de 1965, a Panair do Brasil foi impedida de continuar operando e seus bens foram confiscados. Em seguida, todos os bens de Simonsen foram confiscados (MOYA, 2004, p.31).

Mais um exemplo dessa ira constante do governo dos militares com a TV Excelsior e o Grupo Simonsen foi o fato de que, em 1970, já nos seus momentos agonizantes, a emissora foi proibida pelo governo brasileiro de participar de um *pool* de emissoras que era comandado pelo governo, via Embratel, e que transmitiram ao vivo a Copa do Mundo de Futebol no México, torneio em que a Seleção Brasileira de Futebol se tornou tricampeã do mundo.

A emissora teve sua concessão cassada e seus transmissores lacrados em setembro de 1970, e o governo com essa medida abriu caminho para que a TV Globo emergisse em um novo modelo que era muito calcado nas experiências e nos acertos que a TV Excelsior implantou em termos de ser a primeira a se preocupar com um modelo de televisão industrial e moderna de acordo com os padrões internacionais criados nos Estados Unidos. “Já naquela época, a Excelsior mandava no mercado publicitário e chegou a ter repercussão internacional e ser reconhecida por todos”, explica Álvaro Moya (2004. p. 330).

A TV Excelsior representou o maior exemplo, em termos culturais e de mídia, de um veículo que se posicionou claramente pelo desenvolvimento nacional e pela integração regional e teve que enfrentar uma certa intervenção norte-americana que rejeitava naquele momento, em todo o mundo, qualquer tipo de nacionalismo, embora alguns anos depois, a partir de 1969, os próprios militares brasileiros saíram na busca por um projeto de integração nacional e então, a TV Globo foi um dos pilares importantes para realizar essa tarefa.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor et. Al. A indústria cultural In: LIMA, Luis Carlos (Org.) **Teoria das culturas de massa**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2014.
- BUSETTO, Áureo. Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a televisão. São Paulo: **Revista Brasileira de História** nº27, 2007.
- CERTAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CLARK, Wálter. **O campeão de audiência**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1991.

- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2002.
- JUNIOR, Gonçalo apud MOYA, Alvaro. **Gloria in Excelsior**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.
- JUNIOR, Luiz Costa Pereira. **A vida com a TV**. São Paulo: Senac, 2005.
- MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Senac, 2001.
- MORAIS, Fernando. **Chatô, o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MOYA, Álvaro. **Gloria in Excelsior**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.
- PACHECO, Fernando. **Entrevista presencial concedida em 2014, na TV Cultura de São Paulo**.
- PIERANTI, Octavio Penna. **Políticas para a mídia: dos militares ao governo Lula**. São Paulo, Lua Nova, 2006.
- PRIOLLI, Gabriel. **Televisão e Vídeo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- RAMOS, Saulo. **Código da Vida**. São Paulo: Editora Planeta, 2007.
- RAMPAZZO, Lino. **Antropologia, religião e valores cristãos**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão**. São Paulo: Ática, 1996.